

DA GEOPOLÍTICA CRÍTICA À GEOPOLÍTICA MAIS-QUE-REPRESENTACIONAL

From critical geopolitics to more-than-representational geopolitics

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Doutor em Geografia, Professor do Colégio Militar de Belo Horizonte

leoluizbh@hotmail.com

Rodrigo Corrêa Teixeira

Doutor em Geografia pelo IGC/UFMG – Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Minas.

rteixeira@pucminas.br

Recebido: 02/02/2025

Aceito: 15/04/2025

Resumo

O artigo em questão, de viés epistemológico, versa sobre as congruências e divergências entre a geopolítica crítica e a geopolítica mais-que-representacional, com o intuito de apresentar os fundamentos da segunda. Ambas abordagens são incipientes na geografia brasileira, sendo mais facilmente acessáveis nas geografias anglófonas. Todavia, o campo da geopolítica mais-que-representacional apresenta-se ainda mais imaturo, sendo que a reflexão acerca dos seus contornos epistemológicos é o objetivo principal deste artigo. Dada a proximidade temporal dos desenvolvimentos seminais da geopolítica crítica e da geopolítica mais-que-representacional, é difícil traçar uma linha rígida entre as duas abordagens. Ambas surgiram com o foco na desconstrução de conceitos tomados-como-certos e na percepção que tais conceitos e representações pouco flexíveis servem ao exercício da política. Todavia, a geopolítica mais-que-representacional se difere ao propor o uso dos arranjos relacionais heterogêneos como método analítico, com o potencial de abordar questões associadas a (des)territorialização e ao ciclo performático que incide sobre os partícipes das redes. Acrescenta-se que a geopolítica mais-que-representacional é baseada em uma ontologia plana, ou seja, em um conjunto de pressupostos que não hierarquiza certas entidades em detrimento de outras. Isto significa dizer que tal corrente é influenciada por uma virada pós-humana e propõe a quebra da hegemonia humana na análise geopolítica.

Palavras-chave: geopolítica crítica, geopolítica mais-que-representacional, arranjos relacionais heterogêneos, poder.

Abstract

This article, which has an epistemological bias, discusses the similarities and differences between critical geopolitics and more-than-representational geopolitics to present the latter's foundations. Both approaches are incipient in Brazilian geography and are more easily accessible in English-speaking geographies. However, the field of more-than-representational geopolitics is still unfledged, and the main objective of this article is to

reflect on its epistemological contours. Considering the temporal proximity of the seminal developments of critical geopolitics and more-than-representational geopolitics, it is difficult to draw a rigid line between the two approaches. Both emerged with a focus on the deconstruction of concepts taken for granted and the perception that such inflexible concepts and representations serve the exercise of politics. However, more-than-representational geopolitics differs by proposing the use of heterogeneous relational arrangements as an analytical method, with the potential to address issues associated with (de) territorialisation and the performative cycle that affects network participants. It should be added that more-than-representational geopolitics is based on a flat ontology, that is, on a set of assumptions that do not hierarchise certain entities to the detriment of others. This means that a post-human turn influences this stream and proposes breaking human hegemony in geopolitical analysis.

Keywords: critical geopolitics, more-than-representational geopolitics; assemblages; power.

1. INTRODUÇÃO

Um século após a estreia da *Revista de Geopolítica* alemã¹ (1924), vê-se que a palavra geopolítica foi sabatinada e ressignificada, caminhando por trilhas que a afastaram do sentido estreito associado ao nazismo (Flint, 2006). Todavia, essa associação – que na maioria das vezes ecoa em um sentido fóssil – agarra-se de forma resiliente em parcela do universo semântico da palavra geopolítica. A prova disso é o grande conjunto de livros e artigos que abordam a temática e que reservam páginas para discutir não somente “os pecados da geopolítica”, mas também a diferenciação entre a geopolítica e a geografia política². É notório que as tentativas de afastamento da geopolítica do seu vínculo com o nazismo e outros regimes totalitários moveram diversos autores a buscar uma nomenclatura complementar para a subdisciplina. Enquanto comumente se fala de uma geopolítica clássica para se referir ao período que se alonga até a Segunda Guerra Mundial, fala-se em alguma medida em geopolítica moderna para aludir aos desenvolvimentos da subdisciplina que vieram à tona na segunda metade do século XX.

Poderia se dizer que a expressão geopolítica crítica se enquadra neste contexto. Todavia, não devemos apenas nos deter à colocação de rótulos que buscam autorizar e legitimar um campo tão traumaticamente marcado pelos horrores da guerra: a geopolítica crítica prega uma mudança radical nas formas de elaboração da análise geopolítica, afastando-se da hegemonia estrita do realismo político. Curiosamente – apesar de ser

¹ *Zeitschrift für Geopolitik*.

² Mamadouh e Djikink (2006) salientaram que é comum para os acadêmicos das relações internacionais verem a geopolítica como uma forma específica do realismo político. Este é um indício das temporalidades fósseis que são arrastadas pelos conceitos no seu percurso diacrônico.

extremamente sabatinada e desenvolvida na literatura anglófona – não é um campo que se disseminou na geografia brasileira, ainda que um dos nomes principais da subdisciplina seja a do prolífico professor John Agnew, laureado com o prêmio Vautrin Lud no ano de 2019.

Neste artigo temos o objetivo de apresentar o contexto da geopolítica crítica e seus principais fundamentos, o que nos permitirá fazer uma transição para a descrição daquilo que chamamos de geopolítica mais-que-representacional, que seria um modo de propor a análise geopolítica baseada em fundamentos ligados às geografias mais-que-representacionais. Este conjunto de abordagens que visam transcender as representações também possuem origem e reverberação anglófona e contam com baixa penetração na geografia lusófona. Ressaltamos que a geopolítica crítica e a geopolítica mais-que-representacional possuem uma série de convergências, mas também é possível destacar diferenças.

Defendemos neste artigo, que tem o caráter essencialmente epistemológico, que a geopolítica crítica – ou pelo menos os seus principais tributários teóricos – contribui para a sustentação das elaborações da geopolítica mais-que-representacional. Sem querer vislumbrar um fim da história epistêmico ou mesmo sem querer propor uma utópica linha evolutiva do pensamento geopolítico, acreditamos que o saber geopolítico continua em construção: aquilo que foi apresentado como geopolítica crítica no início dos anos 1990 já se apresenta com aplicações e reflexões que nem mesmo John Agnew e Gearóid Ó Tuathail – baluartes do campo em questão – puderam conceber.

A estrutura deste artigo apresenta a partir do tópico pós-introdutório a caracterização do contexto e fundamentos da geopolítica crítica. A partir deste tópico, abordaremos a ascensão do pensamento mais-que-representacional. Estes dois tópicos substanciarão a descrição da geopolítica-mais-que-representacional, feita a seguir. Concluiremos o texto com as considerações finais.

2. GEOPOLÍTICA CRÍTICA: CONTEXTO E FUNDAMENTOS

As tentativas de afastamento da geopolítica do seu vínculo com o nazismo e outros regimes autoritários moveram um número expressivo de autores a buscar uma nomenclatura complementar para a subdisciplina. Enquanto comumente se fala de uma geopolítica clássica para se referir ao período que se alonga até a Segunda Guerra Mundial, fala-se em alguma medida em geopolítica moderna para aludir ao momento histórico posterior. Mudanças epistemológicas mais robustas passaram a ocorrer a partir

da década de 1980: o nome geopolítica crítica (Ó Tuathail, 1996) passou a se identificar com as reflexões de teóricos que estiveram sob a influência do pós-estruturalismo e do pós-modernismo. Enquanto a geopolítica clássica trata o espaço geográfico como uma pré-condição existencial para toda a política³ e, portanto, deve servir como ponto de partida para toda análise e formulação de políticas, a geopolítica crítica é dedicada ao estudo de como o espaço geográfico é representado e significado por agentes políticos como parte de um projeto maior de acumulação e gestão do poder (Wu, 2018).

Nesse sentido, o espaço – para a geopolítica crítica – é visto como um campo de batalhas discursivo. Ó Tuathail (1994) argumenta que o termo geopolítica crítica é um estranho oxímoro: ao mesmo tempo em que a palavra “crítica” se refere a uma tentativa de descentrar o Estado e romper com o trato ontológico das categorias, a palavra “geopolítica” tradicionalmente resgata a centralidade estatal na análise. O autor acrescenta que uma das grandes virtudes da geopolítica crítica é possibilitar uma resignificação dos conceitos, preocupações e modos de pensamento tradicionais que são pautados pelo estudo da geopolítica desde o início do século XX. A geopolítica crítica, para Ó Tuathail, promete novos graus de politização para a compreensão da geografia e para o seu papel no estudo da política global (Ó Tuathail, 1994).

As guinadas epistemológicas da geopolítica não respondem somente à sua própria história: não podemos falar de uma evolução do pensamento geopolítico de forma linear e não responsiva aos desdobramentos conjuntos dos saberes das humanidades. A ascensão neopositivista do pós-guerra – que foi interdisciplinar e bastante ampla – certamente contribuiu para a construção da atmosfera de silenciamento da geopolítica. De modo semelhante, precisamos compreender as grandes movimentações epistemológicas que se sucederam na passagem da década de 1960 e 1970 para entender que a renovação geopolítica responde diretamente ao seu *zeitgeist*.

As chamadas viradas cultural [*cultural turn*] (Barnett, 1998)⁴ e linguística [*linguistic turn*] (Demeritt, 2002) – alicerçadas pela ascensão e disseminação dos pressupostos do pós-estruturalismo – foram potências que serviram à desconstrução dos significados (Doel, 2005). Os efeitos do pós-estruturalismo na análise espacial impactaram na desconstrução do essencialismo nas descrições. Claramente, a desconstrução da

³ Nesta acepção, a geografia clássica é descrita como aquilo que Thrift e Dewsbury (2000) chamaram de geografia morta: nesta lógica, o espaço geográfico – categoria-mãe da geografia – é visto como um signo passivo e não como um operador ativo que se torna abrigo e agente do afeto e da performance (Silva; Costa, 2024).

⁴ No Brasil, a virada cultural floresceu de forma mais restrita e tardia, notavelmente nos anos 1990 (Corrêa; Rosendahl, 2005).

essência ontológica das definições conceituais impactam também nas formas de se ver o espaço e categorias como território e a soberania, centrais para a geopolítica. As polarizações que davam ordem às descrições espaciais passaram a ser questionadas colocando em xeque um extenso rol de dicotomias: o geral/específico, abstrato/concreto, nomotético/idiográfico, teórico/empírico, quantitativo/qualitativo, econômico/cultural, moderno/pré-moderno, dentre inúmeros outros binarismos. Este contexto também implicou em um questionamento das metanarrativas⁵ – com consequências especialmente conflitantes no campo da história⁶ – e em reflexões acerca da intertextualidade (Duncan, 1995; Dwyer; Alderman, 2008) e da morte do autor⁷ (Barthes, 1977), o que deu abertura para se cogitar abordagens merecedoras do rótulo de geopolítica pós-moderna.

Sem dúvidas, o estruturalismo que imperou na abordagem da geopolítica clássica passou a ser desconstruído pelas abordagens da geopolítica crítica – que não deve ser confundida com “geografia crítica⁸” – e, por esta razão, os alicerces epistemológicos deste campo de pensamento geopolítico propõem uma nova reflexão acerca das interações entre espaço e poder. Ó Tuathail (1994) argumenta que no mapa estruturalista a forma tem precedência sobre o conteúdo; a horizontalidade triunfa sobre o volume bem como a superfície sobre a profundidade. Territórios vistos como realidades tomadas-como-certas passaram a ser vistos como composições dinâmicas e politicamente instáveis, ao sabor dos seus arranjos internos e externos. No sentido prático, os entendimentos desconstrucionistas provocaram uma verdadeira revolução no desenho epistemológico da geopolítica e também no campo das relações internacionais. Por isso mesmo, vemos os

⁵ Para Eagleton (1998), o pós-modernismo – que tem como importante tributário o pós-estruturalismo – recusa a ideia de que exista uma entidade chamada história, dotada de propósito e sentido imanentes. Esse argumento é sustentado pela rejeição às metanarrativas (Butler, 2002; Minca, 2009; Lyotard, 2009).

⁶ As conexões entre os textos de Hayden White (1973; 1975; 1981; 1984) e Ankersmit (1988; 1998; 2010) elucidam os questionamentos e os tensionamentos representacionais no campo da história.

⁷ A intertextualidade está vinculada à ideia de morte autoral. Parte-se do pressuposto de que à medida que um fato é narrado, a voz perde sua origem, a morte do autor ocorre e a escrita começa. A intertextualidade não é evitada em qualquer gênero textual e, desse modo, o autor combinaria textos pré-existentes em novas formas (Barthes, 1977).

⁸ A geografia crítica é um grande conceito guarda-chuva que abrange uma miríade de abordagens, incluindo àquelas que poderiam substantiar a associação da geopolítica crítica ao seu rótulo. Todavia, tendo como alvo da crítica o exercício da opressão e a subalternidade, a geografia crítica visa romper com tradicionais pressupostos – que teriam sido edificadas para sustentar e reproduzir o mundo tal como ele se arranja – para pregar uma atuação geográfica descompromissada com a neutralidade e capaz de atuar na modificação do quadro sociopolítico. É de se destacar que certas abordagens da geografia crítica pregam a desconstrução de significações ontológicas para que, a partir dos escombros desta atuação, sejam edificadas novas conceitualizações estanques e inflexíveis. Não é de se surpreender, levando-se em conta este fato, que a chamada geografia marxista é apresentada vez ou outra como sinônimo de geografia crítica. No entanto, o termo geografia crítica é mais abrangente e pode incluir até mesmo abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas, que comumente sustentam os pressupostos comuns da geopolítica crítica.

conceitos-chave sendo sabatinados e reordenados, o que exige uma revisão das formas como são elaboradas as narrativas que interpretam a relação entre poder e espaço.

Escrevendo no período final da Guerra Fria e em meio ao afeto da ascensão do pós-modernismo sobre o fazer acadêmico, Richard Ashley (1988) colocou em xeque o princípio da anarquia internacional, um dos pressupostos centrais do realismo político. Para o autor, a ascensão das relações interestatais desafiava o argumento da anarquia do sistema internacional - tratado como uma verdade fundacional para os realistas – ao fazer com que a cooperação entre Estados estabeleça algum tipo de ordem primária. Em uma visão mais detalhista do fato observado, não parece plausível argumentar quem é mais relevante, se a anarquia sistêmica ou se a cooperação interestatal; diferentemente, percebe-se como mais relevante a compreensão de que os arranjos cooperativistas são muito variados entre si, bem como a resposta dos Estados à cooperação, fazendo com que não seja possível estabelecer uma lei ou teoria de pressupostos rígidos que sirvam como balizas interpretativas ao questionamento aqui posto.

Quatro anos após as considerações de Ashley, Alexander Wendt (1992) escreveu um artigo que se tornou um clássico nos estudos das relações internacionais: *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics*. Neste trabalho – de assumido viés construtivista – Wendt argumenta que a anarquia deve ser vista como algo construído a partir de práticas que criam e implementam uma estrutura de identidade e interesses em detrimento de outras possibilidades de construção; nesta lógica, estruturas não possuem existência ou poderes causais fora de processos, e, em conclusão, a anarquia é perpetuamente (re)construída pelos atores que dela participam. As considerações de Wendt – temporalmente responsivas às guinadas epistemológicas interdisciplinares da passagem dos anos 1980 para os anos 1990 – se alinham com a ideia de construções de significados a partir do resultado de relações e interações entre os elementos que lidam com este significado. Nesse sentido, conceitos como soberania, território e o próprio Estado poderiam ser (re)formulados a partir das interações relacionais que os intermediam.

Desconstruções ontológicas de conceitos comumente são realizadas por intermédio da crítica à ideia generalista dos mesmos, que seria incapaz de acomodar situações excepcionais que envolvem sua definição. Em um exemplo, pensemos no Estado: podemos colher noções que desestabilizam seu sentido ontológico; assim, a consideração de um rígido caráter taxonômico do Estado vestfaliano é um caminho frustrante para um analista da política internacional. Imagine a possibilidade de usarmos

um conceito pouco flexível para avaliarmos situações que envolvem a diversidade existente entre o Reino Unido e São Vicente e Granadinas? A multiplicidade política e jurídica das formas de Estado – ou seja, a variedade de maneiras como um Estado pode ser organizado e estruturado – é fundamental para entender a diversidade geopolítica do mundo. As formas de Estado refletem como o poder é distribuído e exercido dentro de um território nacional, impactando inclusive o âmbito das relações entre o Estado e seus cidadãos.

Em argumento compatível com os fundamentos da geopolítica crítica, é plausível considerar que ontologizar territórios faz parte de uma ideação unidimensional, que oblitera diferenças grotescas em prol de uma objetividade insana. Territórios – sejam ou não correspondentes ao espaço de *jure* estatal – não podem ser entendidos como superfícies homogêneas, nem no seu quadro físico, tampouco nas relações bastante enoveladas entre o substrato não-humano e a sociedade. Isto nos leva, por conseguinte, a uma conclusão axiomática e necessária para o estudo da geopolítica: as relações de poder são incapazes de cobrir a totalidade territorial de uma mesma forma, fazendo com que territórios sejam sempre expressões espaciais heterogêneas e porosas, nas quais recortes espaciais intensamente territorializados são adjacentes a outros espaços que exibem poderes recalcitrantes daquele que deveria por direito emaná-los.

Em espaços menores, como aqueles circundados pelos limites de microestados, as discrepâncias territorializantes costumam ser menos notáveis, pois a cobertura das redes de logística, comando e controle tendem a formar tessituras mais próximas da idealização de superfícies isotrópicas. Alguns autores foram muito importantes para trazerem ao pensamento político aplicado ao espaço a ideia de que territórios precisam ser vistos como redes. No período entre as duas Grandes Guerras Mundiais, Albert Demangeon ficou conhecido por enfatizar que a circulação era um fator essencial para findar o isolamento dos Estados e que grandes eixos de circulação seriam as autoestradas da mudança e da integração (Parker, 1998). A ascensão do pensamento dos territórios-como-redes coaduna com os fundamentos geralmente empregados pela geopolítica crítica, ainda que as redes não sejam tratadas de forma similar aos pressupostos da geopolítica-mais-que-representacional

Em um dos textos mais repercutidos da geopolítica crítica – *The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory* –, John Agnew (1994) centra-se na crítica à forma que julga inadequada de consideração do Estado na análise geopolítica. O autor argumenta que a análise estadocêntrica é a base da armadilha

territorial – erro analítico apoiado em reificações espaciais que não combinam com o arranjo da política internacional. Em outra oportunidade, Agnew (2017) chamou este vício que outrora denunciara de uma armadilha intelectual. Três são as premissas estadocêntricas destacadas por John Agnew e que compõem a armadilha territorial: (1) os Estados exercem o monopólio do poder em sua área territorial e esta crença é baseada em uma má compreensão da aplicabilidade do conceito de soberania; (2) a consideração da política internacional e da política doméstica como realidades que podem ser vistas como separadas e portadoras de regramentos absolutamente distintos; (3) os limites das sociedades são delimitados pelos limites dos Estados (Agnew, 1998).

Como é comum acontecer com artigos de grande repercussão, críticas diversas se ocuparam em escrutinizar o trabalho de Agnew. O autor demonstrou que uma das que mais incomodou foi o precário entendimento acerca de sua crítica central do artigo, como deixou claro neste trecho em um comentário publicado em 2010:

Eu nunca tive a intenção de dizer neste artigo (o de 1994 – destaque nosso) que devemos nos afastar do território (como instrumento de leitura política – destaque nosso). O propósito era demonstrar que o conhecimento convencional do campo das relações internacionais deixa de examinar o que eu considere ser uma de suas principais suposições: a de que o Estado quintessencial das relações internacionais é simples e diretamente uma entidade territorial (Agnew, 2010, p.779).

É interessante perceber que Agnew defende-se de uma crítica extremamente comum àqueles que buscam a transcendência representacional. Não se vê em Agnew a negação quanto ao valor da representação; *au contraire*, para o autor e para a geografia crítica – bem como para as abordagens mais-que-representacionais – as representações participam de esquemas complexos organizados a partir de múltiplas percepções e leituras que constroem noções instáveis e abertas à (re)construção; tais noções outrora eram vistas como rígidas, pré-definidas, esgotáveis em descrição e, assim sendo, tal imobilidade impõe um quadro de perpetuação semântica que nos permite referenciá-las como abordagens ontológicas⁹. Em suma, a fluidez representacional não significa a perda da importância relacional, mas a noção de que a representação vive em uma trama

⁹ Don Mitchell (1995) em seu célebre artigo apontou que na geografia cultural existia um domínio de abordagens ontológicas da cultura, referindo-se a uma conceituação rígida da ideia do que seja esta importante categoria das humanidades. Indo além, o autor expressou que a imposição do que seja cultura fazia parte de uma estratégia de imposição política. O artigo de Mitchell porta-se como um microcosmo de parte das reflexões trazidas pela geopolítica crítica. Não podemos ignorar que, pela sua data de publicação, o trabalho em questão vivencia a mesma atmosfera acadêmica que sustentou os trabalhos seminais da geopolítica crítica.

sofisticada de múltiplas impressões que desmancham pretensões ontológicas do confinamento semântico.

Do ponto de vista prático – diferentemente das imagens mortas sobre representações congeladas em espaço-tempos sitiados – territórios são reajustados permanentemente e não somente em suas fronteiras. A territorialização, desterritorialização e reterritorialização atuam em concerto (Albert, 1998) modificando dinamicamente as formas com as quais o poder e o espaço interagem. Assim, a projeção espacial do poder precisa ser vista como uma composição errante: com a passagem do tempo, fluxos que ligam fixos e adensam a tessitura territorial podem se tornar inoperantes ou arcaicos. A desigualdade da distribuição do poder é um aspecto do mundo – seja hodierno ou anterior¹⁰ – com reflexos muito claros ao exercício da soberania estatal (Agnew, 2009). Nesse sentido, territórios outrora pulsantes poder-se-iam transmutar em vácuos ou áreas de circulação irrisória. As antigas malhas mais adensadas podem se tornar um registro de um passado territorialmente mais glorioso e que, neste caso, testemunhou o processo de desterritorialização¹¹. Como Doreen Massey (2008 [2005]) nos lembra, não podemos olhar para o espaço e vê-lo como uma simultaneidade na qual todas as conexões já tenham sido estabelecidas: sempre há conexões a fazer e é plausível a existência de elos potenciais que podem jamais ser estabelecidos. Assim, o espaço é o palco de resultados imprevisíveis e histórias-em-curso.

3. A ASCENSÃO MAIS-QUE-REPRESENTACIONAL

A década de 1980 foi particularmente rica quanto à irrupção de epistemologias que desconstruíam categorizações basilares das ciências, permitindo a ampliação de suas possibilidades semânticas. O pós-estruturalismo é um movimento de décadas anteriores

¹⁰ Comumente, se vê a aplicação do peso das modificações logísticas que incidem nos processos sociais como responsáveis exclusivos das renovações epistemológicas da geopolítica, como se vê: “A geopolítica contemporânea começou a ser modificada em uma situação na qual tradicionais categorias geopolíticas como espaço, localização e limites perderam gradualmente a sua importância, principalmente devido as revoluções da informação e comunicação que acarretaram nos processos de integração e globalização do mundo” (Potulski, 2013, p.13). É claro que estas questões do pós-Guerra Fria são relevantes, mas é importante dizer que muitas das inovações epistemológicas aplicadas à leitura geopolítica tem o potencial de serem aplicadas ao passado metanarrado – e menos integrado e globalizado – a partir de novas lentes que são capazes de ressignificá-lo. Parcela importante das inovações epistemológicas foi alimentada por desenvolvimentos epistemológicos que remontam à década de 1960, como o pós-estruturalismo, e se mostrou útil como um fornecedor de respostas para os desafios que se pronunciaram após a Guerra Fria.

¹¹ O conceito desterritorialização é comumente aplicado no sentido de aludir a um processo paulatino e incapacitante de contenção de fluxos de produtos, pessoas e informação por parte de um poder centralizado através dos seus limites internacionais (Flint, 2001), o que evidencia o declínio da soberania estatal. No sentido empregado no texto, a desterritorialização está se referindo a incapacidade de um Estado de exercer o poder no seu território de jure, ou seja, aplica-se uma noção mais holística da palavra e não negligencia também os fatores internos para a derrocada do Estado.

aos anos 1980, mas teve no período os seus pressupostos ampliados e aplicados em diversas análises, incluindo o seu notável papel na sustentação do pós-modernismo, corrente mais notável nos anos finais da década em questão. As repercussões foram enormes para as ciências humanas (Ley, 1993; Graham, 1995). Para a geografia, registra-se que na ocasião do encontro anual da AAG (*Association of American Geographers*) de 1988, sete sessões consecutivas foram destinadas a debater os efeitos da pós-modernidade sobre a disciplina (Curry, 1991). Nos debates, tornou-se ponto pacificado a descrença quanto ao essencialismo e o enfoque nas diferenças de percepção, definição e constituição em detrimento de conceitos guarda-chuvas capazes de normalizar e generalizar (Dear, 1994).

Apesar da resposta dos geógrafos à ascensão pós-moderna não ser homogênea (Lagopoulos, 1993; Cosgrove, 1994), nota-se que as sequelas de sua ascensão fizeram-se sentir. Tal fato é explicitado por intermédio do estímulo gerado aos geógrafos de pensarem o espaço a partir de significados que não são pré-determinados. A indeterminação dos significados trazida pela ascensão pós-modernista foi vista como uma característica bastante incômoda do discurso desta corrente, sobretudo quando avaliada por lentes ligadas ao cânone científico pré-estabelecido. Os significados em ebulição deram substância à abordagem da geopolítica crítica, especializada em analisar a política global não a partir de conceitos estanques, mas de pontos de vista ora conflitantes e que se confrontam a partir de diferentes representações (incluindo o discurso).

Por outro lado, como resposta à crítica a ideia de que a desconstrução de conceitos era um beco sem saída epistêmico¹², ocorreram esforços para compreender os mecanismos de construção e desconstrução conceitual (e representacional) traduzindo-os a partir de suportes coerentes e mensuráveis. A busca por métodos que oferecessem respostas práticas às indeterminações e a fluidez espacial aproximou muitos geógrafos daquilo que passou a ser reconhecido como virada relacional [*relational turn*] (Jones, 2009). Esse movimento epistêmico aglutinou, ainda nos anos 1980 e no seio da sociologia, a abordagem conhecida como TAR (Teoria Ator-Rede). A TAR tornou-se um tributário muito relevante do movimento epistemológico que se desenvolveu na geografia a partir da segunda metade da década de 1990¹³ (Silva, 2023a) e que Nigel Thrift chamou, em diversas ocasiões, de TNR (Teorias não-representacionais), ainda que,

¹² Uma crítica comum era a ideia de que no lugar da desconstrução de significados não havia nada substancial para preencher o vazio gerado por esta desconstrução.

¹³ A partir dos anos 1990 notou-se um impacto expressivo da TAR na geografia. O alcance e aplicabilidade da TAR em diversas temáticas que são de preocupação geográfica contribuíram para a popularização da teoria em questão entre subcampos geográficos (MÜLLER; SCHURR, 2016).

posteriormente, passasse a ser chamado por um número substancial de geógrafos de teorias ou abordagens mais-que-representacionais (Lorimer, 2005).

Tornou-se evidente por meio destes desdobramentos que o pensamento relacional era uma espécie de resposta substancial aos questionamentos representacionais. As interações entre pessoas, animais, plantas, objetos e a dimensão elemental como um todo abriu a possibilidade de entendimento de que, ao invés da busca e consolidação de sentidos coletivos e representacionais como finalidade discursiva, deveríamos apostar em significados fluídos e (re)construídos perpetuamente pelo arranjo instável das relações entre actantes¹⁴. Essa guinada epistemológica trouxe repercussões muito bem marcadas para o seio da geografia: (1) correntes passaram a ser vistas como aprisionamentos teóricos; (2) categorias e binarismos passaram a ser questionados; (3) ocorreu a ascensão de considerações envolvendo o espaço relativo em detrimento do espaço absoluto; (4) descrições passaram a ser vistas como elaborações intertextuais; (5) ocorreu a reordenação das relações envolvendo as dimensões social e cultural. Estes fatores foram cruciais para a concessão de abertura para formas de elaboração mais-que-representacionais (Silva, 2023b).

Nigel Thrift é o nome a ser lembrado quando o caldeirão representacional da geografia transbordou. Defendendo uma abordagem representacional-transcendente, buscou organizar o seu pensamento em torno de elementos que se agrupavam ao acrônimo TNR. O autor buscou ressaltar que a abordagem em questão não deveria ser chamada de corrente, mas de estilo (THRIFT, 2000), fato que já concede a possibilidade de formas muito distintas de trabalhar as questões que excedem as representações, como outros autores reconhecem (Simpson, 2017). Nas palavras de Thrift: “utilizo a palavra *estilo* deliberadamente: esse não é um novo edifício teórico que está sendo construído, mas um meio de valorizar e trabalhar com as atividades práticas do dia-a-dia da forma em que elas ocorrem” (THRIFT, 2000, p.216, destaque nosso). No momento em que o autor construía os elementos do seu “estilo” de abordagem, outros autores passaram a ter contato e refletir acerca dos fundamentos de sua elaboração.

A heterodoxia marcante das TNR não foi recebida de forma unânime. O proeminente Tim Cresswell (2012) confessou que, em um primeiro momento, foi muito difícil compreender o que Nigel Thrift trazia de novo para a geografia. Jörn Seemann, por sua vez, argumentou que a base epistemológica das TNR é muito densa, o que permite

¹⁴ Actantes é um termo neutro utilizado para se referir não somente aos humanos-em-rede, mas a todos elementos integrantes da dimensão mais-que-humana que participam das redes (Edensor, 2005).

acesso a um grupo pouco extenso de pessoas, fazendo com que a abordagem ganhe ares de culto ou casta (Seemann, 2015). Todavia, precisamos pensar que as TNR não transmitem a ideia de que devemos obcecadamente buscar o *modus operandi* de Thrift: como o próprio autor define, o campo em questão é um estilo; mais importante do que operacionalizar os conceitos em lógicas similares a Thrift seria incorporar a ideia de que as representações precisam ser excedidas na análise.

Talvez isto tenha inspirado Hayden Lorimer (2005) a pensar em outro rótulo para o campo/estilo/pensamento em questão: abordagens mais-que-representacionais. Por intermédio desta sugestão, Lorimer clarifica que o acrônimo TNR transmite – pelo menos aos incautos – a ideia de negação do valor das representações. Isto nunca foi o propósito, seja para Thrift ou por diversos outros autores que se apropriaram de suas elaborações. Todavia, a utilização do termo mais-que-representacional evita celeumas que poderiam inibir o interesse de iniciados. Por esta razão, a partir deste momento do texto, nós mesmos iremos nos referir a esta abordagem em baila como abordagens mais-que-representacionais.

A expressão geografia do que acontece (Thrift, 2008; Paiva, 2017; 2018; Silva, 2022; 2024a), cunhada por Thrift, ilustra o foco das abordagens em questão: a exploração de situações cotidianas envolvendo arranjos relacionais heterogêneos – as *assemblages* – que seriam conjuntos de relações que associam elementos mais-que-humanos (McFarlane, 2009; Anderson et. al., 2012; Müller; Schurr, 2016; Cresswell, 2017; Silva, 2024b). A busca pelas relações cotidianas parte do pressuposto da instabilidade do arranjo relacional, fazendo com que o campo em questão evite determinações e abra a possibilidade de compreender a efemeridade e o dinamismo como mantras da leitura geográfica. Não somente o social não pode ser presumido (Cowan; Morgan; Mcdermont, 2009), mas toda a constelação de conceitos e ideias que durante parcela expressiva da história do pensamento geográfico tinham estabilidade ontológica.

Os desenvolvimentos de Nigel Thrift certamente inspiraram uma série de abordagens que mostraram inconformadas com o monopólio representacional. Todavia, a partir de Thrift, uma pletora de abordagens vem proliferando – sobretudo na geografia anglófona – e adotando metodologias próprias (Vannini, 2015a). O que se vê de forma dominante é o uso da abordagem relacional na qual o conceito de arranjos relacionais heterogêneos assume o protagonismo. Estes arranjos – francófona e anglofonamente definidos como *assemblages* – são capazes de demonstrar as complexas relações entre pessoas, animais, objetos, plantas e forças elementais e permitir a interpretação das

performances dos atores/actantes envolvidos em redes. Esses arranjos relacionais heterogêneos possuem escala indefinida – o que combina com o seu dinamismo espacial – e nunca atuam sobre um ator sozinho. Na verdade, partícipes de arranjos relacionais heterogêneos acabam se envolvendo em outros arranjos, como se estas redes de relacionamento estivessem em planos distintos e entrecruzados. Este é um dos significativos desafios para transpor os fundamentos teóricos das abordagens mais-que-representacionais para a dimensão empírica (Silva, 2024b).

Nos arranjos relacionais heterogêneos podemos presumir não somente as *performances*, mas o afeto que incide sobre os atores que os incita a performar. Por isso, os três conceitos – *assemblage*, afeto e *performance* – são amplamente considerados nas abordagens que buscam exceder as representações (Bondi, 2005; Barnett, 2008). Em um dos entendimentos comuns¹⁵, o afeto é uma camada da existência incorporada [*embodied existence*] e apresenta-se duplamente localizado: primeiramente, no campo relacional em-entre [*in-between*] corpos e, segundo, no nível abaixo da consciência intencional (Barnett, 2008). Esta é uma chave de leitura de sua importância na política: por envolver os planos intencional e o inconsciente, a capacidade de produzir/induzir o afeto em outrem é uma forma de exercer a política (Thrift, 2004), afinal, afetar e induzir *performances* são ações que precisam ser vistas como complementares. “Dinâmicas afetivas são vistas como dispositivos para que o corpo possa performar certas ações, incluindo o discurso” (Hutta, 2015, p.296).

Assim, em resumo, as abordagens mais-que-representacionais aplicam o pensamento relacional para exceder as representações. Nestas abordagens, as representações que são transmitidas na vida-em-rede são elementos que compõem caldeirões afetivos complexos e, portanto, são incapazes de exercer o monopólio sobre a dimensão afetivo-performática. Utilizando o pensamento de redes, as abordagens mais-que-representacionais focam no cotidiano, fato que a levou ser conhecida como “geografia do que acontece”. Esse cotidiano não raramente é lido por intermédio dos arranjos relacionais heterogêneos, que permitem, por sua vez, a inferência acerca das relações afetivo-performáticas que animam a cena espacial.

Os métodos associados a essas perspectivas distanciam-se das formas positivistas de elaboração (Davies; Dwyer, 2007). Para uma mente sustentada por pilares positivistas de produção acadêmica, é notório o fato de que a indeterminação das abordagens mais-que-representacionais pode representar fragilidade metodológica. Com baixa penetração

¹⁵ O conceito de afeto possui elasticidade semântica. Pile (2010) chamou o conceito de elusivo.

na geografia brasileira, não é fácil determinar o tom do desenvolvimento de um artigo científico que versa sobre essas teorias. Certamente existe um rol de conceitos e abordagens próprias que são estranhos a uma gama de potenciais pareceristas de revistas acadêmicas. Na tentativa de aprofundar a temática em um conjunto de artigos, o autor se vê na necessidade de esclarecer conceitos já esclarecidos noutras oportunidades, sob o risco de sua abordagem ser classificada como sibilina, situação na qual tivemos o dissabor de experimentar.

Ao pensarmos em uma geopolítica mais-que-representacional buscamos ir além das perspectivas trazidas pela geopolítica crítica: apesar das congruências trazidas pelas abordagens, traremos elementos que seriam tipicamente mais-que-representacionais e que dão um tom excepcional e bem marcado da abordagem em questão.

4. GEOPOLÍTICA MAIS-QUE-REPRESENTACIONAL

Existe uma geopolítica mais-que-representacional? Não é nosso interesse provar sua eventual existência, mas apontar que certas renovações da geopolítica crítica podem beber nos caminhos revelados por Nigel Thrift e por tantos desenvolvimentos posteriores para que a política internacional possa ser pensada. De partida, é importante afirmar que é um anacronismo dizer que a geopolítica crítica reside no interior das abordagens mais-que-representacionais (ou das TNR). A primeira ganhou corpo na virada dos anos 1980 e 1990; a segunda se consolidou no ocaso da década de 1990. É certo que ambas possuem suas elaborações seminais temporalmente próximas. Para além de cogitar a possibilidade de se retroalimentarem, é de se destacar a plausibilidade do contexto de época ter instigado ambas a buscarem a transcendência representacional.

Em um raciocínio inverso, também não parece ser adequado pensar que a abordagem inaugurada por Thrift resida no interior da geopolítica crítica. Enquanto a primeira se preocupa com a geografia do cotidiano, não raramente aplicada em escalas maiores em que a persecução de atores é importante para a pesquisa, a segunda se preocupa com escalas menores, geralmente aplicadas como formas ideais de se interpretar a política internacional.

O parágrafo anterior já evidencia que a pressuposição da existência de uma geopolítica mais-que-representacional envolve uma tensão de escalas: seria a escala do cotidiano e, portanto, das relações efêmeras do dia-a-dia, capaz de ser relevante para tratar a política global? Quais aspectos a geopolítica mais-que-representacional poderia

explorar com conforto? Por outro lado, em sua defesa, poderíamos indagar que escolas consagradas das relações internacionais como o realismo político ou o construtivismo seriam capazes de dar respostas satisfatórias a todos os eventos e interpretações da política internacional?

Uma geopolítica mais-que-representacional é uma forma de contemplar as relações políticas do cenário internacional a partir de redes, incluindo as conexões envolvendo fixos e fluxos sob as lentes da perspectiva mais-que-humana. Reconhecemos que esta abordagem não é muito palatável às tradições geopolíticas, visto que o pós-humanismo possui obstáculos: o excesso de determinismo ambiental no histórico da subdisciplina tende a inibir reflexões acerca da agência dos elementos não-humanos (Dittmer, 2013) sendo difícil conceber o exercício de ontologias planas¹⁶ (Ash, 2020). Para Jason Dittmer, esta seria a razão para a predominância do profundo humanismo na dimensão da análise política.

No ano de 1980, Claude Raffestin (2011[1980]) abordou o território como se fosse uma malha heterogênea composta de fixos e fluxos; Joseph Nye Jr. e Robert Keohane (1977) pensaram na interdependência complexa, sendo esta uma base para o esclarecimento do paradoxo do poder americano¹⁷ (Nye Jr.; 2002); Richard Rosecrance (1986) teorizou a ascensão dos estados comerciantes, analisando como a expansão do comércio aumentaria irremediavelmente os custos dos conflitos; Keinichi Ohmae (1997) teorizou o Estado-Região, que é uma porção do espaço territorial adensada de fixos capaz de assumir o protagonismo na política internacional. Todos estes desenvolvimentos teóricos abordam a importância dos fluxos para a política e, certamente, diversos outros trabalhos poderiam ser citados para engrossar a tese de que, apesar de relativamente recente na história do pensamento político global, a estratégia de decifrar a geopolítica por meio das redes/relações não é nova.

Jason Dittmer (2013) destacou que a base filosófica relacional é especialmente importante para abordagens mais-que-representacionais, por ser capaz de posicionar os corpos sempre em relação não somente com outros seres humanos, mas com elementos da dimensão mais-que-humana. O autor ainda destacou que a operacionalização dos

¹⁶ No sentido aqui empregado, as ontologias planas são aquelas que descentram o monopólio humano da análise relacional, dando lugar para o afeto interespecie e entre coisas e espécies. Nesse sentido, a ontologia plana seria uma forma de concepção filosófica não (ou suavemente) hierarquizada.

¹⁷ O paradoxo do poder americano é manifesto a partir da situação de que a grande superpotência global não pode ignorar as relações globais e, por isso, não pode impor tudo o que desejaria (Nye Jr., 2002).

arranjos relacionais heterogêneos¹⁸ é bastante promissora nos estudos da geopolítica por este conceito ser capaz de trabalhar a perspectiva da dinâmica territorial, desnudando os processos de territorialização e desterritorialização, permitindo-nos conceber que os territórios não são realidades estáticas. Além disso, Dittmer (2013) destaca que a abordagem baseada em arranjos relacionais heterogêneos tem a capacidade de dissolver os problemas associados com metodologias geopolíticas que são ora mais adequadas para a escala local/regional e ora para a escala nacional. Apesar desse raciocínio ser justo ao que é posto pela teorização-*assemblage*¹⁹ [*assemblage theory*], destacamos que este é um ponto tensionado da abordagem. Com o uso dedicado à compreensão das atividades do dia-a-dia, incluindo a sugestão de perseguir o cotidiano dos atores como meio de desenvolvimento da pesquisa (Latour, 1993), é necessário um profundo exercício hermenêutico para que o sentido teórico seja aplicado em pequenas escalas (grandes áreas).

Como foi exposto no texto deste artigo, a celeuma envolvendo as nomenclaturas TNR *versus* abordagem mais-que-representacionais expressa a preocupação em clarificar que exceder as representações não significa negá-las. As representações participam da vida-em-rede e são meios de disseminar o afeto. Longe de obliterar o papel das representações para a política, a geopolítica crítica e a geopolítica mais-que-representacional trabalham com a representação, mas não com a hegemonia de versões, para nos fazer crer que a arena política global é um campo de batalhas discursivo. A fabricação de representações – incluindo a modulação de discursos – é um meio muito eficaz de direcionar o afeto. A expressão arquitetos afetivos, que vem sendo utilizado na bibliografia, é útil para entendermos que o afeto é manipulável (Pykett, 2018). É nessa seara que repousa a ideia de nacionalismo banal de Michael Billig²⁰ (1995).

Pelo fato das representações não serem inocentes, registram-se uma série de trabalhos dedicados a mostrar como as mais distintas formas de discurso serviram para legitimar a missão civilizadora colonial e que sobrevivem como resquícios que alimentam

¹⁸ Jason Dittmer (2013) utiliza o termo original *assemblage* para se referir ao que chamamos de arranjos relacionais heterogêneos.

¹⁹ A teorização-*assemblage* – tradução sugerida para a expressão *assemblage theory* – é uma expressão que alude ao conjunto de pressupostos que sustentam o emprego dos arranjos relacionais heterogêneos em pesquisa (Rogers, 2018).

²⁰ O termo nacionalismo banal foi criado por Michael Billig (1995) e se refere às ações de teor nacionalistas que são implícitas, apesar de estarem presentes no cotidiano das pessoas. A imagem metonímica do nacionalismo banal não é uma bandeira erguida e agitada com paixão intensa; é a de uma bandeira discretamente pendurada em um prédio público (YUMUL; ÖZKIRIMLI, 2000). A importância da teorização de Michael Billig reside em sua capacidade de explicar o fenômeno do impacto não-consciente dos símbolos nacionais sobre os indivíduos e na sociedade como um todo (HUMMEL, 2017).

sanhas racistas, machistas, orientalistas e quaisquer outras que queiram afirmar superioridade de alguns grupos e justificar o jugo outrora imposto. Assim, no seio de uma geopolítica mais-que-representacional, não há como ignorar a abordagem erudita de Edward Said tanto na construção discursiva do Oriente e do oriental (Said, 2007 [1978]) quanto nas tensões envolvendo o imperialismo e a cultura (Said, 2011 [1993]); mesmo no âmbito mais-que-representacional devemos incluir as reflexões sobre a preguiça nativa de Alatas (1977); as imagens conflitantes de Memmi (1977 [1973]) quanto ao retrato do colonizado; a poética militante de Césaire (2012 [1939]) e a apaixonada e impactante escrita de Fanon tanto no âmbito da dialética colonial (Fanon, 2005 [1961]) quanto na questão racista (Fanon, 2008 [1952]). Como ignorar os efeitos dos magistrais conceitos de ambivalência [*ambivalence*] e mimetismo [*mimicry*] – cunhados por Homi Bhabha – que são produtos do afeto colonial sobre os colonizados²¹? (Bhabha, 1984).

Ao lutarem contra as representações – mesmo não operacionalizando o afeto de forma similar às abordagens mais-que-representacionais hodiernas – os textos pós-coloniais compreendem a força do discurso para a vida em sociedade. O comprometimento com a justiça social faz com que, em alguns textos, certas representações sejam sobrepostas por outras imagens alternativas. Em alguns casos, busca-se atenuar o desequilíbrio social por meio de correções históricas mas ao arripio do arranjo epistêmico mais-que-representacional. Said foge desta condição ao alegar que o ocidentalismo não é uma resposta adequada ao orientalismo (Said, 2007 [1978]) e Fanon evita a dicotomia entre boas e más representações tanto na dialética colonizador colonizado (Fanon, 2005 [1961]) quanto na temática racista (Fanon, 2008 [1952]).

Os contornos epistemológicos aqui explicitados nos permitem expressar o que seria a geopolítica mais-que-representacional e no que ela difere das abordagens seminais da geopolítica crítica. No início da década de 1990, os trabalhos ligados à geopolítica crítica expressaram de forma contundente o que a nova geografia cultural estava construindo, mas aplicando os pressupostos em construção na arena política internacional. Enquanto a nova geografia cultural preocupava-se em problematizar de que forma as representações presentes na paisagem impactavam na compreensão e na *performance* das pessoas, a geopolítica crítica projetou preocupações semelhantes no

²¹ As noções de ambivalência [*ambivalence*] e mimetismo [*mimicry*] trazidas por Homi Bhabha (1984) instrumentalizam as múltiplas possibilidades de representação. A ambivalência expressa o paradoxo da imagem projetada do colonizador para o colonizado: às vezes pejorativa e por vezes atrativa, em formulações tão dinâmicas e híbridas ao ponto de se constituírem como uma quimera errante. O colono mimético, por sua vez, busca reproduzir o colonizador, mas nunca se elevará à sua posição, ainda que se esforce em aprender a língua do dominador, se batizar em sua crença, ter o seu estudo e seu conhecimento de mundo e penetrar e se apropriar dos seus mais detidos recônditos cosmológicos.

âmbito da política internacional. *The myth and the stones of Venice: an historical geography of a symbolic landscape* (Cosgrove, 1982), *Maps of Meaning* (Jackson, 1989), *The city as a text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandy Kingdom* (Duncan, 1990) foram três obras icônicas que nos mostraram como as representações são, antes de tudo, intencionalidades políticas. Por isso foi comum a compreensão de que a própria paisagem precisava ser vista como um texto (Rowntree, 1986; 1988; Cosgrove; Jackson, 1987; Duncan; Duncan, 1988; Cosgrove, 1990a), teatro ou espetáculo (Cosgrove, 1990b). Como resultado, tanto a geopolítica crítica quanto a nova geografia cultural questionam os conceitos tomados-como-certos ao propor que a sua definição é um meio operacional dos poderosos²².

Os desenvolvimentos mais-que-representacionais se diferem da geopolítica crítica seminal por (1) trabalharem a transcendência representacional a partir da ideia de redes (está aqui a importância das *assemblages* – os arranjos relacionais heterogêneos). Além disso, (2) abordagens mais-que-representacionais acrescentam a dimensão mais-que-humana como um foco, descentrando o antropocentrismo e (3) utilizam o binômio *afeto-performance* como meios de interpretação. Acrescenta-se ainda que, no âmbito mais-que-representacional, a preocupação em realizar a leitura do cotidiano parte do (4) pressuposto da instabilidade tanto dos arranjos relacionais heterogêneos quanto (e não poderia ser diferente) dos efeitos do afeto e *performance*. Acreditamos que a geopolítica mais-que-representacional é merecedora de um rótulo próprio por considerar estas premissas.

Acreditamos que o uso da escala e as inseguranças e incertezas advindas dele é um ponto muito relevante de ser refletido para que seja possível a operacionalização da geopolítica mais-que-representacional. O realismo político convidou a todos a pensarem restritamente na escala dos Estados, que é metonímica e hegemonicamente pensada como a exclusiva arena analítica. A dimensão mais-que-representacional luta exclusivamente contra esta hegemonia, pois parte do pressuposto da inquietude dos conceitos e dos significados. Não significa que no âmbito da dimensão mais-que-representacional o Estado – até o presente momento cristalizado como uma realidade jurisdicional – irá desaparecer. Mas significa dizer que o seu papel no seio dos arranjos relacionais heterogêneos e geopolíticos pode ser ressignificado, impactando de forma

²² No âmbito da nova geografia cultural, apesar das divergências entre Mitchell (1995), Cosgrove (1996), Jackson (1996) e James e Nancy Duncan (1996) acerca dos termos polemistas do artigo de Mitchell (1995), a manipulação representacional do conceito de cultura a favor do interesse dos poderosos é um ponto pacificado.

muito distinta tanto os partícipes das redes em um dado momento no tempo quanto na comparação deste impacto em temporalidades distintas. É importante lembrar que os arranjos relacionais heterogêneos não possuem escala definida: pensar a geopolítica mais-que-representacional significa não se limitar aos contornos jurisdicionais, mas acompanhar atores/actantes em suas relações afetivo-performáticas mesmo que essas se manifestem em porções espaciais estranhas às escalas que usualmente acompanharam as tradições geopolíticas.

Conceber a geopolítica mais-que-representacional significa considerar que a paisagem é o arcabouço das nações, ainda que estas sejam desprovidas de Estado. Os simbolismos expressos na paisagem são sinais de uma comunidade imaginada e afetam continuamente as pessoas que convivem com suas marcas espaciais inscritas. A paisagem, assim, apresenta-se como uma prensa capaz de marcar continuamente corações e mentes; ao mesmo tempo, é passível de renovação, trazendo marcas que revelam interpretações bem particulares oriundas das identidades (Silva; Silva, 2022). Este raciocínio expressa o raciocínio que está por trás dos conceitos de paisagem-marca e paisagem-matriz (Berque, 1984) bem como no conceito de trajeção (Berque, 2017).

David A. Butz (2009) destaca que alguns indivíduos possuem associações positivas frente a alguns símbolos nacionais enquanto que outros possuem associações negativas frente aos mesmos símbolos. Esta premissa justifica a busca da abordagem mais-que-representacional pela excepcionalidade identitária, *pari passu* às manifestações coletivas. Na perspectiva mais-que-representacional, as elaborações coletivas não são desprovidas de valor. Todavia, partícipes de redes afetivo-performáticas são impactados tanto pelo âmbito individual quanto coletivo. Não há o monopólio de um desses âmbitos no contexto do afeto. No âmbito coletivo, Stephens (2015) chamou de atmosferas afetivas do nacionalismo a catarse provocada em Londres na véspera e depois dos jogos olímpicos de verão. No Brasil, se vê elementos similares durante as copas do mundo, mesmo quando o país não a sedia: nota-se uma profusão de bandeiras e cores verde e amarela cobrindo muros e ruas. É algo como uma explosão seletiva do nacionalismo banal.

Selos (Raento; Brunn, 2008; Fuller, 2015), cédulas (Penrose, 2011), moedas, placas de automóveis (Leib, 2011), brasões, medalhas e uma miríade de outros objetos (Seemann; Silva; Costa, 2024) auxiliam a pensar no conceito de nacionalismo banal, de Billig (1995). A comunidade não é só imaginada, como outrora preconizou Anderson (2008 [1984]), mas é reafirmada pelas interações entre humanos e a dimensão mais-que-

humana. Nesta lógica interativa entre actantes, animais acabam ganhando nacionalidade. Trabalhos identificados com as abordagens mais-que-representacionais têm representado a dimensão do nacionalismo incorporado [*embodied nationalism*] que se centra justamente nas relações entre afeto e *performance*, como fez o artigo de Militz e Schurr (2016) acerca de manifestações do nacionalismo banal azeri.

Pensar em uma geopolítica mais-que-representacional exige o pensamento em redes heterogêneas: a associação entre actantes produz significados mais poderosos do que cada um dos elementos em separado. Têm sido chamadas de *flagship species* certos animais que são capazes de potencialmente afetar o ser humano, por possuírem um carisma produzido no âmbito das relações entre humanos e não-humanos. As *flagship species* podem ser entendidas como populares e carismáticas, servindo como símbolos para o estímulo da consciência ambiental e promoção da *performance* humana (Lorimer, 2007; Buller, 2013). Tais espécies tornam-se, não raramente, animais símbolos de nações. É difícil pensar no urso panda e não imaginar a China; acrescenta-se, em outro ângulo de abordagem, que seria uma heresia a certos brasileiros avaliarem a hipótese do mico-leão dourado ser considerado argentino.

A geopolítica mais-que-representacional sustentada por pilares pós-humanistas não é somente uma forma de aludir aos impactos das necessidades humanas sobre o plano mais-que-humano (como se os outros-que-humanos fossem meramente recursos a serem explorados). É também uma ontologia plana (Harman, 2015) que descentra o antropocentrismo e coloca o afeto mais-que-humano como um constituinte mental/afetivo que extrapola as necessidades físicas/materiais e penetra no campo da afetividade, da cultura e do senso de pertencimento. Um bombardeio em uma área marcada pela presença de uma *flagship specie* em vias de extinção pode provocar uma onda afetiva que exige respostas governamentais, ainda que na vida material e cotidiana de uma dada população o impacto seja irrisório.

As redes e seu dinamismo propõem a territorialização, a reterritorialização e a desterritorialização do espaço (Flint, 2001). *Ipsa facto*, as redes nos auxiliam a pensar na fluidez do poder e na soberania em risco (Badie, 1995; 1999; Agnew, 2009; 2010), nos permitindo propor uma geopolítica viva. Acrescenta-se que, para pensar em uma geopolítica mais-que-representacional, se faz necessário elencar relações entre actantes que são importantes e entender como as mesmas possuem a capacidade de transpor limites e fronteiras e, em alguns casos, capturar afetivamente áreas territoriais alheias. O

leste ucraniano passou paulatinamente pelo processo de captura afetiva que - ao longo do tempo – fragilizou o jugo de Kiev e fortaleceu o de Moscou.

Apresenta-se como desafio ler e interpretar essas redes mais-que-humanas que formam os arranjos relacionais. Parece vago falar sobre a existência de “relações”. Afinal, quais seriam prioritárias? Ruming (2009), ao abordar o processo de interpretação das redes, salientou que devemos elencar quais relações são mais relevantes, chamando as mesmas de aproximações de primeira ordem [*first-order approximations*]. Pela natureza inquieta das associações heterogêneas, me parece que a escolha das relações prioritárias também deve ser permanentemente avaliada: aquilo que era irrisório em uma dada temporalidade pode se tornar relevante e extremamente afetivo noutro momento. Ainda assim, nem mesmo uma abordagem mais-que-relacional escapa da arbitrariedade, que está presente no assédio do viés do pesquisador sobre o objeto de pesquisa.

Como asseverou Jason Dittmer (2013), as *assemblages* são compostas mais do que simplesmente pela materialidade mundana. O dinamismo dos arranjos relacionais heterogêneos possibilita avaliar que contingências futuras podem ser afetivas. De forma similar, o passado também deixa sequelas afetivas. Nas abordagens mais-que-representacionais, a preocupação com a incidência afetiva de distintas temporalidades sobre o momento do tempo avaliado é central para aquilo que é chamado de geografias espectrais (Degen; Hetherington, 2001; McCormack; Schwanen, 2011; Silva; Costa, 2024), campo que tem sido cada vez mais explorado nas geografias anglófonas (Cameron, 2008). Tendo o nome derivado da obra *Specters of Marx* (Derrida, 1994 [1993]), as geografias espectrais são tão relevantes que devem ser incorporadas com naturalidade nas abordagens geopolíticas mais-que-representacionais.

À guisa de fechamento deste artigo, rascunhamos uma geopolítica mais-que-representacional baseada na(no):

- desconstrução de significados a partir da transcendência de conceitos tomados-como-certos;
- consideração das representações como meios afetivos, mas sem que exerçam o monopólio do afeto;
- dinamismo perpétuo dos quadros sociais, políticos e espaciais;
- consideração da afetividade mais-que-humana apoiada em fundamentos pós-humanistas;

- uso dos arranjos relacionais heterogêneos para conceber ciclos afetivos-performáticos e processos de (des)(re)territorialização;
- papel de distintas temporalidades e espaços (ausentes) como afetos relevantes que incidem na espacialidade dos arranjos relacionais heterogêneos.

Apesar de já existirem trabalhos em língua estrangeira que se aproximam desta lógica, a abordagem geopolítica mais-que-representacional ainda é experimental. Se a geopolítica crítica já possui uma tradição melhor consolidada, não podemos dizer o mesmo da geopolítica das *assemblages* (Dittmer, 2013) e de microtemáticas como as atmosferas afetivas nacionais (Stephens, 2015). Acreditamos que os pilares que sustentam a geopolítica mais-que-representacional conferem maior acuidade às diversas elaborações da geopolítica crítica. Portanto, é um campo interessante para abrigar discussões que incluem diversas dimensões do poder e a instabilidade de significados em um mundo de mudanças tão bruscas que nem a liquidez baumaniana²³ poderia conceber.

5. Considerações Finais

Possuindo os seus desenvolvimentos seminais temporalmente próximos, a geopolítica crítica e as abordagens mais-que-representacionais compartilham muitos pressupostos. Talvez o mais impetuoso desses pressupostos seja a desconstrução de conceitos e de leituras estanques sobre o mundo. Apesar das abordagens em questão considerarem que as representações são meios discursivos que remetem ao exercício do poder, a geopolítica mais-que-representacional é melhor identificada com a virada relacional e com o pós-humanismo, fazendo com que os arranjos relacionais heterogêneos sejam um ponto de partida para o estabelecimento de análises afetivo-performáticas que incidam sobre o objeto de estudo.

Consideramos que possam existir aqueles que não vejam motivos para a criação do rótulo “geopolítica mais-que-representacional”, sob o argumento que as diferenças entre a geopolítica crítica e essa abordagem não sejam tão expressivas para justificar um corpo de pensamento. Este não é e nunca deve ser uma questão relevante: a natureza incontida das abordagens mais-que-representacionais é avessa aos rótulos que podem soar como aprisionamentos teóricos. Ao estabelecer a análise comparativa entre geopolítica crítica e geopolítica mais-que-representacional o que se pretendeu é chamar a

²³ A expressão refere-se ao sentido hodierno das relações político-sociais empregadas por Zygmunt Bauman (2001[2000]) em *Modernidade Líquida*.

atenção para um conjunto de abordagens que, no seio de uma cruzada desconstrucionista, passaram a operar a partir de fundamentos bastante utilizados pelas TNR – teorias não-representacionais - que nos anos 2000 passaram também a ser chamadas de abordagens mais-que-representacionais.

O caráter incipiente da geopolítica mais-que-representacional desperta dúvidas e pontos-cegos, mas, ao mesmo tempo, mostra um amplo horizonte de possibilidade de leitura do poder no espaço geográfico. A geopolítica mais-que-representacional subverte a análise estadocêntrica; não que o papel do Estado seja negado como um actante muito relevante da análise política, mas realoca os Estados como partícipes – *inter alia* – da arena política, retirando-lhe a hegemonia irrestrita da análise.

A geopolítica mais-que-representacional nos convida a experimentar. Philip Vannini (2015b) se referiu às abordagens mais-que-representacionais como potencialmente irritantes: sua apreciação pela incerteza, dinamismo e fluidez fere o cânone científico tradicional. Todavia, seus pressupostos surgem como instrumentos para que possamos ser ousados e experimentarmos fórmulas que nos permitam aludir a uma geopolítica do que acontece.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. **Review of International Political Economy**, v.1, n.1, p.53-80, Spring 1994.
- AGNEW, J. **Geopolitics: re-visioning world politics**. London and New York: Routledge, 1998.
- AGNEW, J. **Globalization & Sovereignty**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.
- AGNEW, J. Still trapped in territory? **Geopolitics**, v.15, i.4, 2010.
- AGNEW, J. Revisiting the territorial trap. **Nordia Geographical Publications**, v.44, i.4, p.43-48, 2017.
- ALATAS, S. H. **The Myth of the lazy native**. London: Frank Cass and Company, 1977.
- ANDERSON, B. *et. al.* On assemblages and geography. **Dialogues in Human Geography**, v.2, i.2, p.171-189, 2012.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANKERSMIT, F. R.. Historical Representation. **History & Theory**, v.27, n.3, p.205-228, October, 1988.

ANKERSMIT, F. R. Hayden White's appeal to the historians. **History & Theory**, v.37, i.2, p.182-193, May, 1998.

ANKERSMIT, F. R. Truth in History and Literature. **Narrative**, v.18, n.1, p.29-50, January, 2010.

ASH, J. Flat ontology and geography. **Dialogues in Human Geography**, v.10, i.3, p.345-361, 2020.

ASHLEY, R. Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique. **Millennium: Journal of International Studies**, v.17, i.2, p.227-262, 1988.

BADIE, B. **O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BADIE, B. **Um mundo sem soberania: os Estados entre o artifício e a responsabilidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BARNETT, C. The cultural turn: fashion or progress in human geography? **Antipode**, v.30, n.4, p.379-394, 1998.

BARNETT, C. Political affects in public space: normative blind-spots in now-representational ontologies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.33, n.2, p.186-200, April, 2008.

BARTHES, R. **Image, Music and Text**. London: Fontana, 1977.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERQUE, A. Paysage-empreinte, paysage-matrice: Eléments de problématique pour une géographie culturelle. **L'espace géographique**, tome 13, n.1, p.33-34, 1984.

BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, p.4-12, Verão, 2012.

BERQUE, A. A cosmofoania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, Inverno, 2017

BHABHA, H. K. Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse. **October, Discipleship: A special Issue in Psychoanalysis**, v.28, p.125-133, Spring, 1984.

BILLIG, M. **Banal Nationalism**. London: Sage Publications, 1995.

BONDI, L. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.30, n.4, p.433-448, December, 2005.

BULLER, H. Individuation, the mass and farm animals. **Theory, Culture & Society**, v.30, n.7-8, p.155-175, 2013.

BUTLER, C. **Post-Modernism: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BUTZ, D. A. National Symbols as Agents of Psychological and Social Change. **Political Psychology**, v.30, n.5, p.779-804, 2009.

CAMERON, E. Cultural geographies essay: indigenous spectrality and the politics of postcolonial ghost stories. **Cultural Geographies**, v.15, i.3, p.383-393, 2008.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2012.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. A geografia cultural no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v.2, n.2, p.97-102, 2005.

COSGROVE, D. The myth and the stones of venice: an historical geography of a symbolic landscape. **Journal of Historical Geography**, v.8, n.2, p.145-169, 1982.

COSGROVE, D. ...Then we take Berlim: cultural geography 1989-90. **Progress in Human Geography**, v.14, i.4, p.560-568, December, 1990a.

COSGROVE, D. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. **Landscape Research**, v.15, n.3, p.1-6, 1990b.

COSGROVE, D. Postmodern Tremblings: A reply do Michael Dear. **Annals of the Association of American Geographers**, v.84, n.2, p.305-307, 1994.

COSGROVE, D.. Ideas and culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.21, n.3, p.574-575, 1996.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v.19, n.2, p.95-101, June, 1987.

COWAN, D.; MORGAN, K.; MCDERMONT, M. Nominations: An Actor-Network Approach. **Housing Studies**, v.24, n.3, p.281-300, 2009.

CRESSWELL, T. Review essay Nonrepresentational theory and me: notes of an interested sceptic. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.30, i.1, p.96-105, February, 2012.

CRESSWELL, T. Towards Topopoetics: Space, Place and the Poem. (in): JANZ B. (eds). **Place, Space and Hermeneutics. Contributions to Hermeneutics**. Springer, v.5, p.319-331, 2017.

CURRY, M. Postmodernism, Language, and the Strains of Modernity. **Annals of the Association of American Geographers**, v.81, n.2, p.210-228, 1991.

DAVIES, G.; DWYER, C. Qualitative methods: are you enchanted or alienated? **Progress in Human Geography**, v.32, i.2, p.257-266, 2007.

DEAR, M. Commentary - Who's afraid of postmodernism?: reflections on Symanski and Cosgrove. **Annals of the Association of American Geographers**, v.84, n.2, p.295-300, 1994.

DEGEN, M.; HETHERINGTON, K. **Spatial Hauntings**. *Space and Culture*, i.11-12, p.1-6, 2001.

DEMERITT, D. What is the “social construction of nature? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v.26, i.6, p.767-790, 2002.

DERRIDA, J. **Specters of Marx**. New York e Abingdon: Routledge, 1994.

DITTMER, J. Geopolitical assemblages and complexity. **Progress in Human Geography**, v.38, i.3, p.385-401, 2013.

DOEL, M. A. Deconstruction and Geography: Settling the Account. **Antipode**, v.37, i.2, p.246-249, March, 2005.

DUNCAN, J. **The city as a text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandya Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DUNCAN, J. Landscape Geography, 1993-1994. **Progress in Human Geography**, v.19, n.3, p.414-422, 1995.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D. Society and Space**, v.6, p.117-126, 1988.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. Reconceptualizing the Idea of Culture in Geography: A Reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, new series, v.21, n.3, p.576-579, 1996.

DWYER, O. J.; ALDERMAN, D. H. Memorial landscapes: analytic questions and metaphors. **Geojournal**, v.73, p.165-178, 2008.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EDENSOR, T. Waste matter – the debris of industrial ruins and the disordering of the material world. **Journal of Material Culture**, v.10, n.3, p.311-332, 2005.

GRAHAM, E. Postmodernism and the possibility of a new human geography. **Scottish Geographical Magazine**, v.111, n.3, p.175-178, 1995.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: Editora UFBA, 2008.

FLINT, C. The geopolitics of laughter and forgetting: A world systems interpretation of the post-modern geopolitical condition. **Geopolitics**, v.6, n.3, 2001.

FLINT, C.. **Introduction to geopolitics**. New York: Routledge, 2006.

FULLER, H. Father of the nation: Ghanaian Nationalism, Internationalism and the Political Iconography of Kwame Nkrumah, 1957-2010. **African Studies Quarterly**, v.16, i.1, p.33-70, December, 2015.

HARMAN, G. Object-Oriented Ontology. (in): HAUSKELLER M. et.al. (eds.). **The Palgrave Handbook of Posthumanism in Film and Television**, 2015.

HUMMEL, D. Banal Nationalism, National Anthems, and Peace. **Peace Review**, v.29, n.2, p.225-230, 2017.

HUTTA, J. S. The affective life of semiotics. **Geographica Helvetica**, v.70, i.4, p.295-309, October, 2015.

JACKSON, P. **Maps of Meaning**. London and New York: Routledge, 1989.

JACKSON, P. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.21, p.572-573, 1996.

JONES, M. Phase Space: geography, relational thinking, and beyond. **Progress in Human Geography**, v.33, i.4, p.487-506, 2009.

KEOHANE, R. O.; NYE JR., J. S. **Power and interdependence: world politics in transition**. Boston: Little, 4th Edition, 2012.

LAGOPOULOS, A. P. Postmodernism, geography and the social semiotics of space. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.11, i.3, p.255-278, 1993.

LATOUR, B. **We have never been modern**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

LEIB, J. Identity, banal nationalism, contestation, and north american license plates. **The Geographical Review**, v.101, n.1, p.37-52, January, 2011.

LEY, D. Postmodernism, or the cultural logic of advanced intellectual capital. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v.84, n.3, p.171-174, 1993.

LORIMER, H. Cultural geography: the busyness of being “more-then-representational”. **Progress in Human Geography**, v.29, i.1, p.83-94, 2005.

LORIMER, H. Cultural geography: worldly shapes, differently arranged. **Progress in Human Geography**, v.31, n.1, p.89-100, February, 2007.

LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAMADOUH, V.; DIJKINK, G. Geopolitics, International Relations and Political Geography: The Politics of Geopolitical Discourse. **Geopolitics**, v.11, i.3, p.349-366, 2006.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCCORMACK, D. P; SCHWANEN, Tim. Guest editorial: The space-times of decision making. **Environment and Planning A**, v.43, i.12, p.2801-2818, 2011.

MCFARLANE, C. Translocal assemblages: Space, power and social movements. **Geoforum**, v.40, i.4, p.561-567, July, 2009.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MILITZ, E.; SCHURR, C.. Affective nationalism: Banalities of belonging in Azerbaijan. **Political Geography**, v.54, p.54-63, 2016.

MINCA, C. Postmodernism/Postmodern Geography. (in) KITCHIN, R.; THRIFT, N. **Encyclopedia of Human Geography**. Elsevier, Amsterdam, 2009.

MITCHELL, D. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, new series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.

MÜLLER, M.; SCHURR, C. Assemblage thinking and actor-network theory: conjunctions, disjunctions, cross-fertilisations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.41, i.3, p.217-229, July, 2016.

NYE JR, J. S. **The paradox of American Power: Why the world's only superpower can't go it alone**. New York: Oxford University Press, 2002.

Ó TUATHAIL, G. (Dis)placing geopolitics: writing on the maps of global politics. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.12, i.5, p.525-546, 1994.

Ó TUATHAIL, G. **Critical Geopolitics**. London: Routledge, 1996.

OHMAE, K. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LIII, n.107, p. 159-168, 2018.

PARKER, G. **Geopolitics: Past, Present and Future**. London: Pinter, 1998.

PENROSE, J. Designing the nation. Banknotes, banal nationalism and alternative conceptions of the state. **Political Geography**, v.30, p.429-440, 2011.

PILE, S. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, *New Series*, v.35, n.1, p.5-20, January, 2010.

POTULSKI, J. Postmodern Geopolitics. (in): SYKULSKI, Leszek (ed.). **Geopolitics: grounded in the past, geared toward the future**. Warsaw: Polish Geopolitical Society, 2013.

PYKETT, J. Geography and neuroscience: critical engagements with geography's "neural turn". **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.43, n.2, p.154-169, 2018.

RAENTO, P.; BRUNN, S. D. Picturing a nation: Finland on postage stamps 1917-2000. **National Identities**, v.10, n.1, p.49-75, March, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Khedyr, 2011.

ROGERS, D. Assemblage theory and the ontological limitations of speculative realism. **Dialogues in Human Geography**, v.8, i.2, p.244-247, 2018.

ROSECRANCE, R. **The rising of the trading State**. New York: basic Books, 1986.

ROWNTREE, L. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.10, n.4, p.580-586, 1986.

ROWNTREE, L. Orthodoxy and new directions: cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.12, n.4, p.575-586, 1988.

RUMING, K. Following the actors: mobilising an actor-network theory methodology in geography. **Australian Geographer**, v.40, n.4, p.451-469, 2009.

SAÏD, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAÏD, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SEEMANN, J. O fim das representações na geografia cultural? (in): ROMANCINI, S. R.; ROSSETTO, O. C.; DALLA NORA, G. (Orgs.). **As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015.

SEEMANN, J.; SILVA, L. L. S.; COSTA, A. Repensando o conceito de nação: uma visão geográfica a partir das Teorias Não-Representacionais. **Revista Espaço Aberto**, v.14, n.1, p.5-27, 2024.

SILVA, L. L. S. Uma geografia do que acontece. **Revista geográfica acadêmica**, v.16, n.2, p.72-85, 2022.

SILVA, L. L. S. Elucidando as Teorias não-representacionais. **Geotemas**, v.13, n.1, p.e02301, 2023a.

SILVA, L. L. S. A crise das representações: repercussões para a geografia. **Revista Casa de Geografia de Sobral**, v.25, n.3, p.206-221, 2023b.

SILVA, L. L. S. Uma geografia do que acontece e do que pode acontecer. **Revista geográfica acadêmica**, v.19, n.2, p.189-201, 2024a.

SILVA, L. L. S. Sobre o uso das assemblages nas abordagens relacionais geográficas. **Geographia Meridionalis**, v.7, e0240003, 2024b.

SILVA, L. L. S.; COSTA, A. Geografias mortas, vivas e espectrais: formas de apreender o espaço. **Caminhos de Geografia**, v.25, n.97, p.213-230, 2024.

SILVA, L. L. S. SILVA, L. S. R. Paisagem: O arcabouço da nação. **Revista de Geopolítica**, v.13, n.2, p.1-17, 2022.

SIMPSON, P. Nonrepresentational theory. (in): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, p.1-4, 2017.

STEPHENS, A. C. The affective atmospheres of nationalism. **Cultural Geographies**, v.23, i.2, p.181-198, February, 2015.

THRIFT, N. Afterwords. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.18, i.2, p.213-255, April, 2000.

THRIFT, N. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. **Geografiska Annaler**, v.86, i.1, p.57-78, March, 2004.

THRIFT, N. **Non-representational theory: Space/politics/affect**. London: Routledge, 2008.

THRIFT, N; DEWSBURY, J. Dead geographies –and how to make them live. **Environmental and planning D: Society and Space**, v.18, i.14, p.411-432, 2000.

VANNINI, P. Non-Representational Research Methodologies: An Introduction. (in)VANNINI, Philip. **Non-Representational Methodologies: Re-Envisioning Research**. New York: Routledge, 2015a.

VANNINI, P. Non-representational ethnography: new ways of animating lifeworlds. **Cultural Geographies**, v22, n.2, p.317-327, 2015b.

WENDT, A. Anarchy is what the states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v.46, n.2, p.391-425, 1992.

WHITE, H. Interpretation in History. **New Literary History**, v.4, n.2, p.281-314, Winter, 1973.

WHITE, H. Historicism, History, and the Figurative Imagination. **History and Theory**, v.14, n.4, December, 1975.

WHITE, H. The narrativization of Real Events. **Critical Inquiry**, v.7, n.4, p.793-798, Summer, 1981.

WHITE, H. The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory. **History and Theory**, v.23, n.1, p.1-33, February, 1984.

WU, Z. Classical geopolitics, realism and the balance of power theory. **The Journal of Strategic Studies**, v.41, n.6, p.786-823, 2018.

YUMUL, A.; ÖZKIRIMLI, U. Reproducing the nation: “banal nationalism” in the Turkish press. **Media, Culture & Society**, v.22, i.6, p.787-804, 2000.

Recebido: 02/02/2025

Aceito: 15/04/2025